

ASSOCIAÇÃO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJÁ

**Demonstrações Financeiras para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Relatório dos Auditores Independentes**

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portalaudisa.com.br)

ASSOCIAÇÃO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJÁ

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis.....

Balanço Patrimonial.....

Demonstração do Resultado do Período.....

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....

Demonstração dos Fluxos de Caixa.....

Notas explicativas às demonstrações contábeis.....

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

Instagram [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

LinkedIn [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSOCIAÇÃO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJÁ

CNPJ. : 48.703.227/0001-20

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJÁ** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Não recebemos as respostas de confirmação externa das instituições financeiras BANCO ITAÚ, com a qual a Entidade mantém operações. Apesar de examinarmos alternativamente os respectivos extratos bancários, e o respectivo contrato de empréstimos não podemos afirmar sobre o total apresentado nos demonstrativos contábeis ou de possíveis, garantias, avais ou operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas pela Entidade em 31 de dezembro de 2023.

Não recebemos os relatórios financeiros ou boletim de caixa que possa garantir o valor total de R\$ 1.157.623,29 no grupo de caixa, que eventualmente tenham sido registrados sem a documentação suporte, assim ficamos impossibilitados de verificar a existência de valores em caixa.

A Entidade não possui o controle físico sobre o Imobilizado do Grupo Ativo Não Circulante e consequentemente as despesas com depreciações são calculadas sobre os saldos contábeis das contas do Ativo Imobilizado. Para determinar seus saldos e montantes adequados a serem contabilizados em despesas de depreciação, será necessário efetuar levantamento físico e econômico do Ativo Imobilizado. Ainda realiza os registros para custo com depreciação através da taxa fiscal, não efetuando revisão da vida útil econômica desses bens em atendimento ao item 50 e 51 da resolução CFC nº 1.177/09 – NBC TG 27 (R1).

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR

Devido aos fatos descritos anteriormente, a Entidade não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas do Ativo Imobilizado “impairment” que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 – NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Diante disso não nos foi possível determinar se ajustes das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as Demonstrações Contábeis de 2023.

Verificamos que a entidade Associação de Amparo aos Praianos do Guarujá está com suas contas bancárias bloqueadas judicialmente, com isto ela formalizou um contrato de prestação de serviços com a empresa de cobrança Don Domenico, para o gerenciamento de suas anuidades / mensalidades escolares e concomitantemente com o montante recebido, efetua o pagamento dos custos e despesas da Associação. Diante deste fato, e também por não auditarmos a empresa de cobrança, ficamos impossibilitados de verificar se existem ou não direitos e haveres a serem repassados por parte da empresa de cobrança a Associação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Entidade apurou Déficit para o exercício de 2023, e anos anteriores, sendo assim continua apresentando “Patrimônio Líquido Negativo”. As Demonstrações Contábeis mencionadas no primeiro parágrafo acima foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. A Entidade continuará com todo esforço para obtenção de recursos para equacionar a estrutura do patrimônio social e da busca de uma maior eficiência operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades.

Ênfase:

Ênfase sobre a retificação dos valores correspondentes.

Chamamos atenção à nota explicativa n.º 18 às demonstrações contábeis (Balanço, DRP, DMPL e DFC), que apresenta as mudanças nas políticas contábeis adotadas pela ASSOCIAÇÃO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJÁ em 2023, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

/company/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conceito das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 27 de agosto de 2024

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 27/08/2024 19:47:30 -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 70B3C-F2E7F-FE97A-19C9A

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/70B3C-F2E7F-FE97A-19C9A>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



ASSOCIAÇÃO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJÁ - AAPG

C.N.P.J.: 48.703.227/0001-20

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em reais)

Ativo	nota	2022		Passivo	nota	2022	
		31/12/2023	Reapresentado			31/12/2023	Reapresentado
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.158.647	847.987	Empréstimos e Financiamentos	7	306.198	325.869
Contas a Receber	5	6.571.789	5.413.634	Obrigações trabalhistas	8	5.505.291	4.950.254
Outros Créditos		207.873	166.299	Obrigações Fiscais e Sociais	9	18.623.126	16.906.864
Impostos a Recuperar		49.460	49.460	Fornecedores e contas a pagar		896.828	763.090
				Receitas Antecipadas		-	(0)
Total do ativo circulante		7.987.770	6.477.380	Total do passivo circulante		25.331.444	22.946.076
Não Circulante				Não Circulante			
Investimentos		139.887	139.265	Empréstimos e Financiamentos	10	132.242	132.242
Imobilizado	6	12.736.945	13.313.230	Obrigações Fiscais e Sociais	11	1.161.824	1.302.823
Intangível		199.040	199.040	Contingências	12	14.957.771	6.171.782
Total do ativo não circulante		13.075.872	13.651.535	Total do passivo não circulante		16.251.837	7.606.847
				Patrimônio líquido			
				14			
				Patrimônio Social Acumulado		(20.647.754)	(17.686.512)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		10.223.745	10.280.000
				Déficit do Exercício		(10.095.630)	(3.017.497)
Total do patrimônio líquido				Total do patrimônio líquido		(20.519.639)	(10.424.009)
Total do ativo		21.063.642	20.128.915	Total do passivo		21.063.642	20.128.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcelo Mendes Passaes
Presidente
CPF 056.538.068-03

Débora de Oliveira Costa
CRC 1SP255389/O-3
CPF 304.969.368-16

Demonstrações de Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

C.N.P.J.: 48.703.227/0001-20

(Valores expressos em reais)	nota	2023					2022				2022			
											AJUSTES			
		Ensino Superior	Ensino Básico	Saúde	Outros Projetos	TOTAL	Ensino Superior	Ensino Básico	Outros Projetos	TOTAL	Ensino Superior	Ensino Básico	Outros Projetos	TOTAL
RECEITAS DE MENSALIDADES		16.731.024	8.189.378	-	150.225	25.070.627	12.505.485	9.858.948	117.809	22.482.241	535.334	60.122	-	23.077.698
Mensalidades Alunos Pagantes		16.731.024	8.189.378		150.225	25.070.627	12.505.485	9.858.948	117.809	22.482.241	535.334	60.122	-	23.077.698
Mensalidades Concedidas como Bolsas											-	-	-	-
DOAÇÕES E SUBVENÇÕES														
RECEITA BRUTA		16.731.024	8.189.378		150.225	25.070.627	12.505.485	9.858.948	117.809	22.482.241	535.334	60.122	-	23.077.698
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		(9.531.466)	(4.058.924)	-	-	(13.590.389)	(5.636.953)	(3.144.108)	-	(8.781.061)	(1.105.288)	(1.116.116)	-	(11.002.464)
Bolsas de estudo integrais		(1.074.759)	(880.701)			(1.955.460)	(1.272.879)	(807.343)		(2.080.223)	-	-	-	(2.080.223)
Bolsas de estudo parciais		(2.351.443)	(590.892)			(2.942.334)	(2.941.659)	(634.324)		(3.575.983)	-	-	-	(3.575.983)
Bolsas de estudo não filantrópicas		(2.128.374)	(1.031.436)			(3.159.810)	(236.981)	(572.487)		(809.468)	-	-	-	(809.468)
Descontos concedidos e devoluções		(3.976.890)	(1.555.895)			(5.532.785)	(1.185.434)	(1.129.953)		(2.315.387)	(1.105.288)	(1.116.116)	-	(4.536.791)
RECEITA LÍQUIDA		7.199.559	4.130.454	-	150.225	11.480.237	6.868.532	6.714.840	117.809	13.701.181	(569.954)	(1.055.994)	-	12.075.233
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	(14.055)	(755.844)		(494.349)	(1.264.248)	(30.334)	(700.767)	(572.254)	(1.303.355)	-	-	-	(1.303.355)
LUCRO BRUTO		7.185.504	3.374.610	-	(344.125)	10.215.989	6.838.198	6.014.073	(454.445)	12.397.826	(569.954)	(1.055.994)	-	10.771.878
DESPESAS OPERACIONAIS		(3.097.825)	(2.715.033)	-	(14.288.712)	(20.101.571)	(3.329.899)	(2.611.063)	(7.603.623)	(13.544.585)	-	-	(67.825)	(13.612.410)
Despesas comerciais		(12.990)	(1.310)		(89.187)	(103.487)	(4.329)		(98.976)	(103.305)	-	-	-	(103.305)
Despesas com pessoal		(2.972.590)	(2.591.498)		(2.918.868)	(8.482.956)	(3.004.919)	(2.328.259)	(2.495.540)	(7.828.717)	-	-	(161.911)	(7.990.628)
Despesas tributárias		(94.812)	(81.782)		(50.782)	(227.376)	(320.012)	(236.984)	(213.715)	(770.711)	-	-	-	(770.711)
Contingências tributárias					(8.785.989)	(8.785.989)			(2.372.684)	(2.372.684)	-	-	-	(2.372.684)
Despesas administrativas		(17.432)	(40.443)		(1.860.023)	(1.917.899)	(639)	(45.820)	(1.896.889)	(1.943.348)	-	-	94.086	(1.849.263)
Depreciação e amortização					(583.863)	(583.863)			(525.819)	(525.819)	-	-	-	(525.819)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		4.087.679	659.577	-	(14.632.837)	(9.885.581)	3.508.299	3.403.010	(8.058.068)	(1.146.759)	(569.954)	(1.055.994)	(67.825)	(2.840.532)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		-	(72.571)	-	(137.478)	(210.048)	47.493	23.454	(247.911)	(176.965)	-	-	-	(176.965)
Despesas Financeiras	16		(72.571)		(206.960)	(279.531)	-	(50.424)	(250.808)	(301.232)	-	-	-	(301.232)
Receitas Financeiras			0		69.482	69.482	47.493	73.878	2.897	124.267	-	-	-	124.267
RESULTADO ANTES DAS RENÚNCIAS FISCAIS		4.087.679	587.006	-	(14.770.315)	(10.095.630)	3.555.791	3.426.464	(8.305.979)	(1.323.724)	(569.954)	(1.055.994)	(67.825)	(3.017.496)
Renúncia fiscal obtida INSS		676.747	554.966		483.025	1.714.738	636.624	502.969	477.749	1.617.343	-	-	-	1.617.343
Renúncia fiscal obtida Cofins		150.455	121.968			272.424	126.674	115.569		242.243	-	-	-	242.243
Renúncia fiscal obtida CSLL		144.437	117.090			261.527	380.023	346.708		726.731	-	-	-	726.731
(-) INSS		(676.747)	(554.966)		(483.025)	(1.714.738)	(636.624)	(502.969)	(477.749)	(1.617.342)	-	-	-	(1.617.342)
(-) Cofins		(150.455)	(121.968)			(272.423)	(126.674)	(115.569)		(242.243)	-	-	-	(242.243)
(-) CSLL		(144.437)	(117.090)			(261.527)	(380.023)	(346.708)		(726.731)	-	-	-	(726.731)
DÉFICIT DO PERÍODO		4.087.680	587.006	-	(14.770.315)	(10.095.629)	3.555.791	3.426.464	(8.305.979)	(1.323.724)	(569.954)	(1.055.994)	(67.825)	(3.017.496)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcelo Mendes Passaes
Presidente
CPF 056.538.068-03

Débora de Oliveira Costa
CRC 1SP255389/O-3
CPF 30496936816

ASSOCIAÇÃO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJÁ - AAPG

C.N.P.J.: 48.703.227/0001-20

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 2023

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social Acumulado	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Déficit do Exercício	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(14.677.763)	10.280.000	(3.017.921)	(7.415.684)
Transferência aprovada A.G.	(3.017.921)		3.017.921	-
Ajuste de Exercício anterior	9.172			9.172
Resultado do período 2022 reapresentado			(3.017.497)	(3.017.497)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17.686.512)	10.280.000	(3.017.497)	(10.424.009)
Transferência aprovada A.G.	(3.017.497)		3.017.497	-
Resultado do período			(10.095.630)	(10.095.630)
Ajuste de avaliação patrimonial	56.255	(56.255)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(20.647.754)	10.223.745	(10.095.630)	(20.519.639)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcelo Mendes Passaes
Presidente
CPF 056.538.068-03

Débora de Oliveira Costa
CRC 1SP255389/O-3
CPF 304.969.368-16

ASSOCIAÇÃO AMPARO AOS PRAIANOS DO GUARUJÁ - AAPG
C.N.P.J.: 48.703.227/0001-20

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022

2.022

	2023	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit)/superávit do exercício	(10.095.629)	(3.017.497)
Ajuste de Exercício Anterior		9.172
Depreciação e amortização	583.863	525.819
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Contas a Receber	(1.158.155)	(2.408.144)
Outros Créditos	(41.575)	711
Impostos a Recuperar	-	
Aumento/(redução) nos passivos em		
Obrigações trabalhistas	555.037	913.842
Obrigações Fiscais e Sociais	1.716.262	1.918.221
Fornecedores e contas a pagar	133.739	144.742
Receitas Antecipadas	-	(97.680)
Obrigações Fiscais e Sociais Longo Prazo	(140.999)	(107.199)
Contingências	8.785.989	2.372.684
Contas a Pagar	-	(379.507)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	338.532	(124.835)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Investimento em Cotas de Participação	(622)	
Aquisição de imobilizado e intangível	(7.580)	(32.109)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(8.202)	(32.109)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(19.671)	3.352
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	(19.671)	3.352
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	310.660	(153.592)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	847.987	1.001.579
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.158.647	847.987
	310.661	(153.592)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A entidade é uma “ASSOCIAÇÃO” sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de educação, reconhecida de Utilidade Pública Municipal conforme Lei 863, registrada no Conselho Municipal de Educação sob nº 0001/08, registrada no Conselho Municipal de Assistência Social do Guarujá Lei nº 2538/97 e portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Associação Social- CEBAS.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 20/04/2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receita e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivados

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2023 e 2022, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às taxas anuais de cada parte de um item do imobilizado.

As taxas anuais de depreciação para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Edificações	4%

d. Redução ao valor recuperação

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

e. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescido, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve atividades de trabalho voluntário.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, juros sobre empréstimos, multas passivas, descontos concedidos, além das tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais responsáveis apresentadas, estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio cultural das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

j. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº16.

Estrutura do Gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	1.157.623	806.970
Bancos conta Movimentos	1.022	41.015
	<u>1.158.645,</u>	<u>847.986</u>

5. Contas a Receber

	2023	2022
Mensalidades a receber	10.755.935	10.407.735
Crédito educativo FIES	-	-
(-) Provisão p/crédito de liquidação duvidosa	(4.184.146)	(3.368.153)
	<u>6.571.789</u>	<u>4.325.691</u>

6. Ativo imobilizado

	2023	Aquisições	Baixas	Depreciação	2022
Terrenos	13.625.726	-	-		13.625.726
Edificações	6.236.300	-	-		6.236.300
Máquinas e equipamentos	719.861	-	-		719.861
Móveis e utensílios	553.366	-	-		553.366
Veículos	237.128	-	-		237.128
Computadores e periféricos	320.348	-	-		320.348
Outros imobilizados	408.775	7.580	-		401.195
Software	62.891	-	-		62.891
(-) Depreciação e amortização	(9.427.450)		-	(583.863)	(8.843.585)
	<u>12.736.945</u>	<u>7.580</u>	<u>-</u>	<u>(583.863)</u>	<u>13.313.230</u>

7. Empréstimos e financiamentos

	2023	2022
Banco Itaú	40.491	60.162
Empréstimos diversos	297.520	297.520
Banco Santander	2.593	2.593
(-) Juros a apropriar	(34.048)	(34.408)
	<u>306.556</u>	<u>325.867</u>

8. Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Salários a pagar	373.492	440.033
Rescisões a pagar	359.899	244.984
Pensão alimentícia a pagar	57.822	161.750
Férias a pagar	743.784	451.710
13º salário a pagar	1.356.274	913.592
Acordos trabalhistas a pagar		103.337
Provisão de Férias e Encargos	2.614.020	2.472.938
	<u>5.505.291</u>	<u>4.788.344</u>

9. Obrigações fiscais e sociais

	2023	2022
INSS a recolher	3.564.873	3.058.999
FGTS a recolher	9.596.486	9.067.082
Contribuição Sindical e Assistencial a recolher	418	12.989
PIS a recolher	424.045	356.768
ISS a recolher	641	641
INSS parcelamento (Timemania)	-	900
FGTS parcelamento	47.198	47.198
IRRF proc 10845-002939/2997-13 (Timemania)	33.916	37.117
PARCELAMENTO LEI 11941 – IRRF/PIS	-	13.816
INSS PARCELAMENTO LEI 11941	-	29.706
PIS PARCELAMENTO PROC 16587720436/	-	-
PARCELAMENTO IRRF-PIS PROIES 1449	-	43.320
IRRF A RECOLHER	4.418.199	3.685.313
PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS	537.350	553.015
	<u>18.623.126</u>	<u>16.906.864</u>

10. Empréstimos e financiamentos (não circulante)

	2023	2022
Itaú	132.241	132.241
Banco Santander	-	-
(-) Juros a apropriar	-	-
	<u>132.241</u>	<u>132.241</u>

11. Obrigações fiscais e sociais (não circulante)

	2023	2022
PARCELAMENTO IRRF-PIS PROIES 1449	428.171	440.916
PARCELAMENTO IRRF	118.999	203.226
PARCELAMENTO IRRF/PIS LEI 11941/2009	75.583	101.390
PARCELAMENTO INSS-LEI 11941/2009	104.962	120.656
PARCELAMENTO FGTS	58.636	58.636
PARCELAMENTO INSS	375.473	378.000
	<u>1.161.824</u>	<u>1.302.824</u>

12. Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade é parte (polo passivo) em ações de natureza tributárias, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos para os quais a provisão de contingência foi constituída no valor de 8.785.989,28 no Passivo não Circulante conforme as práticas contábeis adotados no Brasil.

13. Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do da Diretoria e do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens e benefícios, lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

14. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

A Entidade somente poderá ser dissolvida por deliberação tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração, para esse fim convocado e na presença de no mínimo 2/3 dos seus membros; ou por sentença do Poder Judiciário transitada em julgado.

Em caso de extinção, haverá a destinação integral do patrimônio para outra organização detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

15. Despesas Financeiras

	2023	2022
Juros passivos empréstimos e tributos	206.727	261.503
Despesas bancárias	232	18.823
	<u>206.959</u>	<u>280.326</u>

16. Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante estes exercícios a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2023 e 2022.

17. Imunidade Tributária

A Associação é imune à incidência de imposto por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A Entidade é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 à 61 do Código Civil.

CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Associação é uma instituição educacional e/ou social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.85 do Estatuto Social);

- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.81 do Estatuto Social);
- c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art.91 do Estatuto Social).

ESTATUTÁRIOS

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 102º do Estatuto Social);
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 81º à 85º do Estatuto Social);
- Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art.102º do Estatuto Social);
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art.104º a 109º do Estatuto Social);
- Consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público- alvo compatíveis com a Lei Nº 8.742/93 (LOAS) e Decreto Nº 6.308/07 (art.3º a 4º do Estatuto Social).

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (IMUNES)

A Entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Estão em análise no Ministério da Educação as renovações referentes aos períodos: 2006/2007/2008 – Processo nº 71000.052004/2009 e 2010 a 2014 – Processo 23000025492201536 de 28/12/2015, no qual usufrui da Imunidade Tributária até o julgamento do seu processo, conforme determina o artigo 8º do Decreto Nº 8.242/14.

Conforme Lei complementar 187 de 2021 entidade beneficente certificada fará jus à Imunidade do pagamento das contribuições de que se tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (1%, 2% ou 3%)
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- COFINS – 3%

- PIS – 0,65%
- CSLL – 9% do superávit apurado
- IRPJ – 15% do superávit apurado

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, a Associação evidencia na demonstração do resultado o montante de renúncia fiscal apurada caso a obrigação fosse devida.

18. Reapresentação de Valores Correspondentes.

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial do exercício de X18 originalmente apresentado nas demonstrações financeiras do exercício, está sendo apresentado em conformidade com o CPC 23 e Resolução NBTC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1). A tabela a seguir resume os impactos gerados dos ajustes nas demonstrações contábeis da Entidade para as contas patrimoniais e de resultado.

CONTAS PATRIMONIAIS

CONTAS CONTÁBEIS	Reapresentação 2022	Ajuste	2.022
Créditos a Receber	5.413.634	(1.625.948)	7.039.582
TOTAL DE AJUSTES DO ATIVO		(1.625.948)	
Obrigações Trabalhistas	4.950.254	161.911	4.788.344
Receitas antecipadas	-	(94.086)	94.086
Deficit do Exercício	(3.017.497)	(1.693.773)	(1.323.724)
TOTAL DE AJUSTES DO PASSIVO		(1.625.948)	

CONTAS DE RESULTADO	Ensino Superior	Ensino Básico	Outros Projetos	Total de Ajustes
Mensalidades Alunos Pagantes	535.334	60.122		595.456
Descontos concedidos e devoluções	(1.105.288)	(1.116.116)		(2.221.404)
Despesas com pessoal			(161.911)	(161.911)
Despesas administrativas			94.086	94.086
Total				(1.693.773)

19. Obrigações da Educação para fins do CEBAS

Conforme determinação da Lei complementar 187/2021 a Entidade já procedeu ao cadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>). A Instituição Educacional mantém seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica) e/ou do E-MEC (Sistema de Regulação do Ensino Superior).

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação – PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

Em atendimento ao artigo 19 da Lei complementar 187 de 2021, a instituição concedeu nos anos de 2023 e 2022 as quantidades mínimas de bolsas.

A seguir segue o cálculo quantitativo das bolsas oferecidas em gratuidade para atendimento ao CEBAS:

		Educação Básica COLÉGIO	Educação Superior (SEM adesão ao PROUNI) UNIDON	Educação Superior (SEM adesão ao PROUNI) UNIDON
		2023 (ano)	20231 (semestre 1)	20232 (semestre 2)
Total de alunos matriculados (a)		659	1.039	998
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	lo	66	96	84
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	ld	0	0	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	lt	0	0	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro	0	0	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	lpg	0	0	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	66	96	84
Outras bolsas integrais (b)		72	64	48
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0	0	0
Alunos inadimplentes (d)		91	179	110
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	496	796	840
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	86	374	365
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0	0	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0	0	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	86	374	365
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	109	283	267
Outras bolsas parciais		0	0	0
Cálculo dos benefícios complementares				
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 9.002.836,35	R\$ 8.137.015,72	R\$ 7.662.066,59
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	568	860	888
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 15.850,06	R\$ 9.461,65	R\$ 8.628,45
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0	0	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		36	94	89
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0	0	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		Art. 13	Art. 13-B	Art. 13-B
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido	Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido	Atendido	Atendido

Guarujá 31, de dezembro de 2023

Marcelo Mendes Passaes
Presidente
CPF 056.538.068-03

Débora de Oliveira Costa
CRC 1SP255389/O-3
CPF 304.969.368-16